

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DO BARREIRO.
Curso de Graduação em Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria

**A CONTRIBUIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS NA
ATIVIDADE PECUÁRIA DE CORTE E FRIGORÍFICA: UM ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA INDEPENDÊNCIA S.A**

Ana Paula de Assis Pereira
Giane Morais Neves Sotero
Roosevelt Lopes de Souza
Sherley Rodrigues Paulo

**Belo Horizonte
2009**

Ana Paula de Assis Pereira
Giane Moraes Neves Sotero
Roosevelt Lopes de Souza
Sherley Rodrigues Paulo

**A CONTRIBUIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS NA
ATIVIDADE PECUÁRIA DE CORTE E FRIGORÍFICA: UM ESTUDO DE CASO DA
EMPRESA INDEPENDÊNCIA S.A**

Trabalho interdisciplinar apresentado como requisito parcial de avaliação das disciplinas do 6º período do Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade Barreiro.

Disciplinas:

Contabilidade Fiscal e Tributária

Contabilidade Internacional

Contabilidade Gerencial

Direito Trabalhista e Legislação Previdenciária

Controladoria em Agronegócios

Controladoria Financeira

Belo Horizonte

2009

RESUMO

Este trabalho visa demonstrar a importância das demonstrações contábeis e financeiras nas atividades empresárias, a partir do estudo de caso da empresa Independência S.A.

O estudo abrange as disciplinas de contabilidade fiscal e tributária, contabilidade gerencial, controladoria em Agronegócios, Direito Trabalhista, Controladoria Financeira e Contabilidade Internacional.

Esta pesquisa classificou-se como explicativa, à medida que objetivou explicar a necessidade de controles internos e gerenciais, evidenciando os impactos destes no resultado econômico da empresa.

Como estabelece Vergara (2006), pesquisa metodológica é o estudo que se refere a instrumentos de captação ou de manipulação da realidade. Esta, portanto, associada a caminhos, formas, maneiras, procedimentos para atingir determinado fim.

Ainda sobre sua metodologia teve embasamento em estudo de livros, artigos, apostilas e Internet que abranjam temas de controles internos e contabilidade gerencial. O que se classificou como pesquisa bibliográfica.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. (VERGARA, 2006, p. 48)

Esta foi uma pesquisa baseada em estudo de caso onde foram analisados especificamente os dados e particularidades da empresa.

Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. (VERGARA, 2006, p. 49)

Palavras-chave: Contabilidade, Gerenciamento, Mercado.

LISTA DE SIGLAS

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DFC – Demonstrações de Fluxos de Caixa

LIBOR – (London Interbank Offered) Rate Taxa de juro praticada no mercado interbancário de Londres e que é, em geral, seguida como valor de referência das taxas de juro nos mercados internacionais de capitais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1 Justificativa.....	07
1.2 Objetivos	07
1.3 Problema	07
2 ATIVIDADE PECUÁRIA DE CORTE E FRIGORÍFICA NO BRASIL	08
3 PERFIL DA COMPANHIA	09
3.1 Missão e Valores	09
3.2 Visão do Futuro	09
3.3 História de Forma Cronológica	10
3.4 Estratégias	11
3.5 Empregados e Colaboradores	11
4 ASPECTOS GERENCIAIS	13
4.1 Decisões Gerenciais da Companhia.....	13
5 ASPECTO FINANCEIRO SOBRE A ÓTICA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	17
5.1 Gerenciamento de Riscos do Negócio.....	17
5.1.1 <i>Quadro Demonstrativo dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia</i>	19
6 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	20
6.1 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	20
6.1.1 <i>Lucro Real</i>	21
6.1.1.1 <u>Pessoas Jurídicas Obrigadas a Tributação com Base no Lucro Real</u> ..	22
7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC –	23
8 CONCLUSÃO	26

REFERÊNCIAS.....27

ANEXOS30

1 INTRODUÇÃO

Em face do contexto das organizações empresariais atual, onde as mesmas precisam demonstrar cada vez mais dinamismo em suas operações, coletando e oferecendo informações de forma rápida e eficiente a contabilidade se mostra cada vez mais útil neste processo.

Pesquisas e estudos realizados atualmente, principalmente na área acadêmica, tornam a contabilidade uma ciência mais complexa e dinâmica. Transformando-a em ferramenta de importância crescente dentro do processo de gerenciamento das organizações e de seus negócios. Como ferramentas de gestão utilizam suas subdisciplinas, como a contabilidade de custos, para gerar informações gerenciais e de tomada de decisões.

Sua importância vai além dos registros contábeis, a integração de suas subdisciplinas resulta em importantes demonstrativos, que sobre uma correta análise poderão definir metas e ações futuras para as empresas.

Iudicibus caracteriza contabilidade gerencial como:

Como um enfoque especial conferida a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços. Colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDICIBUS,2002 p. 15).

De acordo com Padovese:

Contabilidade Gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos (PADOVEZE,2004 p.11).

A contabilidade gerencial se faz indispensável para as empresas, uma vez que para que a empresa consiga fazer projeções para o futuro a mesma necessitará de informações e análises que conservem certo grau de acerto, desta forma a contabilidade fornecerá as informações já ocorridas e a análise necessária para que se consiga vislumbrar as possíveis mudanças que possam vir a acontecer.

1.1 Justificativa

O trabalho se justifica a partir da mudança do foco principal da contabilidade, a contabilidade não mais se justifica apenas para atendimento ao fisco, mas é utilizada para dar suporte ao gerenciamento da empresa. Através da interpretação de suas demonstrações se faz possível um planejamento de ações a serem tomadas. Para nós estudantes de ciências contábeis o trabalho desenvolvido foi de grande significância a partir do momento que possibilita o enriquecimento dos nossos conhecimentos, através de pesquisas exploratórias e bibliográficas, além de nos propiciar identificar com maior grau de detalhamento os novos caminhos a serem seguidos pela contabilidade, como novos mercados, o papel do contador na atualidade nas empresas.

1.2 Objetivos

- Demonstrar as formas de gestão aplicada ao caso estudado da empresa Independência S.A.;
- Definir através de estudo bibliográfico os meios de controles internos aplicados na empresa
- Evidenciar a relevância da contabilidade gerencial para um planejamento corretivo em uma empresa que passa por um contexto de crise financeira e econômica.

1.3 Problema

Demonstrar até que ponto as informações contábeis pode ser utilizada e auxiliar uma empresa que passa por momentos difíceis, em um contexto de crise global, sendo usada como uma ferramenta gerencial que dará suporte aos gestores para tomada de decisão.

2 ATIVIDADE PECUÁRIA DE CORTE E FRIGORÍFICA NO BRASIL

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a atividade pecuária vem registrando de forma surpreendente um crescimento de em média 6,1% ao ano. O mercado vem sendo garantido por meio de pesquisas de melhoramento genético e certificação de origem do produto. Outro fator importante é o fato do Brasil ser considerado pelo comitê Veterinário da União Européia como área de risco desprezível para ocorrência do chamado “mal da vaca louca” e outras doenças.

Informações fornecidas pela empresa Independência S.A destacam o Brasil como o segundo maior produtor de carne do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Porém, quando observado o crescimento da produção anual, o Brasil é um dos únicos países que apresentam crescimento positivo acima de 5%, concorrendo apenas com Índia e China, no entanto a Índia possui baixa produção e carne com baixo controle de qualidade e sanitário e a China absorve quase toda a produção no mercado interno.

De acordo com as estimativas da GIRA – empresa francesa de consultoria e pesquisa – citada pela Independência S.A., a produção mundial de carne crescerá 1,2% ao ano até 2015, sendo o Brasil responsável por 21,5% deste crescimento.

3 PERFIL DA COMPANHIA

De acordo com os dados fornecidos pela Independência S.A. a empresa é uma das maiores exportadoras de carne bovina e couro do Brasil, fundada em 1977, tem capacidade atual de abate de 9.500 cabeças e produção de 10.000 peles por dia, oferecendo ainda, mais de 5.000 produtos aos seus clientes, é também, uma das maiores operadoras de logística refrigerada do país.

No mercado há mais de 30 anos, a Companhia está presente em 7 estados brasileiros e no Paraguai oferecendo seus serviços através de 14 unidades de abate e desossa, 3 curtumes, 2 fábricas de charque, 5 módulos de produção de biodiesel e 5 centros de armazenagem e distribuição. Dentre as suas principais atividades, pode-se destacar a produção de carne bovina e seus derivados, industrialização de charque, industrialização e curtimento de peles, industrialização de biodiesel, industrialização de adubos, operação de logística entre outros.

3.1 Missão e Valores

A missão da Independência S.A. conforme a mesma é oferecer produtos e serviços dentro do mais alto padrão de qualidade e inovação, com respeito e responsabilidade no relacionamento com colaboradores, clientes, fornecedores e a comunidade, criando condições para crescimento e perenidade.

Confiança no ser humano, em sua capacidade e desejo de evoluir. Desenvolvimento das pessoas através da educação pelo e para o trabalho.

3.2 Visão do Futuro

A empresa afirma que aposta em um futuro no qual os clientes analisarão não só o produto, mas também o modo como são oferecidos seus serviços. Atendimento direcionado, cuidados com o meio ambiente e sua relação com a sociedade,

orientam todas as suas ações, garantindo a saúde econômica da empresa assim como o seu desenvolvimento sustentável.

3.3 História de forma Cronológica

1977 - 2008: Desenvolvimento contínuo em 30 anos

07/09/1977: Fundação da empresa – Santana do Parnaíba, SP.

1984: Aquisição e início da desossa e armazenamento na unidade de Cajamar, SP.

1991: Construção da unidade localizada em Nova Andradina, MS.

1995: Expansão da unidade localizada em Nova Andradina, MS.

1996: Início das operações de logística.

1997: Aquisição de armazém refrigerado no porto de Santos, SP.

1999: Início da produção do curtume localizado em Nova Andradina, MS. Arrendamento, modernização e obtenção de habilitações para exportar pelas unidades localizadas em Presidente Venceslau, SP e Anastácio, MS.

2002: Início da produção de fertilizante orgânico em Nova Andradina, MS. Aquisição, modernização, habilitação para exportação e início da produção da unidade de Campo Grande, MS.

2003/ 04: Início da atividade de abate de suínos em Itararé, SP. Início do processo de formalização da governança corporativa. Implementação do SIG - Sistema Integrado de Gestão Independência na unidade de Nova Andradina, MS.

2005: Arrendamento das unidades de Janaúba, MG e Pires do Rio, GO. Expansão do SIG para as unidades de Santana de Parnaíba, Cajamar, Campo Grande e Anastácio.

2006: Fim das atividades de abate de suínos em Itararé, SP. Início das atividades de abate nas unidades de Janaúba e Rolim de Moura, RO. Implementação e certificação da produção do curtume localizado em Colorado do Oeste, RO. Aquisição de novos armazéns refrigerados em Santos, SP. Aquisição da planta de Paraíso do Tocantins, TO.

2007: Aquisição do frigorífico Goiás Carne, GO. Arrendamento do curtume localizado em Senador Canedo, GO. Arrendamento de três plantas no Estado de Mato

Grosso, em Juína, Pontes e Lacerda e Confresa. Inícios das atividades de abate na planta de Juína. Expansão do SIG para a unidade de Senador Canedo. Início da produção de charque na unidade de Pires do Rio, GO. Encomenda de 5 módulos de produção de biodiesel.

2008: Início das atividades de produção de biodiesel em Nova Andradina, MS. Arrendamento da unidade de abate e desossa do IFC Foods em Nova Xavantina, MT. Arrendamento do centro de distribuição, armazenamento refrigerado e logística do IFC Foods em Itupeva, SP. Compra do Frigorífico Guarani S.A. no Paraguai. Arrendamento da unidade de abate e desossa de Colider, estado do Mato Grosso.

3.4 Estratégias

As estratégias da Independência S.A para os próximos anos são:

- Expandir sua capacidade de produção e estrutura logística;
- Explorar sinergias e maximizar lucratividade;
- Continuar a investir nos produtos customizados e de maior valor agregado;
- Continuar a desenvolver mecanismos de integração com o produtor para fornecimento eficiente e sustentável de gado;
- Manter o foco na maximização de suas margens operacionais e de rentabilidade.

3.5 Empregados e Colaboradores

As relações de trabalho no meio rural são reguladas pela lei 5.889, de 08 de junho de 1973, e no que, com ela não coincidir, pelas normas da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho -.

Não é novidade conforme afirma Frei Betto (2003) à existência do trabalho escravo ou em condições precárias no meio rural brasileiro. Conforme dados estatísticos do Ministério do Trabalho citado pelo autor, a avaliação existente em

2003 era a de que havia pelo menos três trabalhadores em regime de escravidão para cada resgatado.

Conforme redação alterada pela Medida Provisória nº 2.164-41/2001 artigo nº 18 as sanções previstas na inaplicabilidade da lei são:

Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 1º As infrações aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação esparsa, cometidas contra o trabalhador rural, serão punidas com as multas nelas previstas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 2º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o disposto no Título VII da CLT. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 3º A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego exigirá dos empregadores rurais ou produtores equiparados a comprovação do recolhimento da Contribuição Sindical Rural das categorias econômica e profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

A empresa Independência S.A. demonstra de forma clara em seu código de ética e manual de relacionamento sua preocupação com a ordem no ambiente de trabalho e o respeito às obrigações e direitos dos empregados.

4 ASPECTOS GERENCIAIS

A criação e manutenção de controles internos possibilitam que o que fora planejado, aquilo que é desejado, aconteça com facilidade. Tais controles delimitarão os procedimentos a serem seguidos, pré-estabelecendo ações, permitindo assim presunção de resultados sem ocorrência de surpresas desagradáveis.

Para Santos (2002, pg. 15), o planejamento é importante no sentido de alertar os empresários rurais quanto às mudanças na economia, hábito dos consumidores, tecnologia, comportamento climático, custos, oferta de produtos, demanda e outras alterações. Os benefícios são obtidos pela forma organizada de planejar, forçando a administração a pensar no futuro de seus negócios, prevendo os problemas antes que aconteçam.

Cumprindo seu papel principal que é o de dar subsídios nas tomadas de decisões de caráter corrente e estratégico, conforme dispõe o portal de contabilidade COSIF eletrônico, a contabilidade gerencial permite ao seu usuário o estabelecimento de controles como: avaliação de desempenho, fixação do preço de venda baseado no custo, no mercado e no concorrente.

4.1 Decisões Gerenciais da Companhia

Por se tratar de uma empresa de grande porte, com transações em diversos países, muitas dessas, em moeda estrangeira, no final do ano de 2008 a empresa enfrentou dificuldades em suas operações, sendo estas financeiras e operacionais.

A Independência lista entre os impactos ruins para seus negócios rompimentos no comércio global da carne bovina, queda excessiva na demanda dos principais países importadores, levando ao excesso de oferta de produtos; queda de preços na exportação acima da desvalorização da moeda brasileira e redirecionamento do volume exportado para o mercado interno brasileiro, "levando à competição predatória e à queda nos preços, especialmente na carne desossada".

O frigorífico destaca que vai dar continuidade às suas atividades e manterá suas relações comerciais com seus clientes e fornecedores.

Porém, ressaltou que "procurou se resguardar judicialmente, uma vez que seu atual caixa disponível não permitiria o cumprimento de todas as suas obrigações". "O Independência irá apresentar um plano de

reorganização perante seus credores, no prazo de 60 dias contados a partir da decisão judicial que concede a recuperação judicial", informa a empresa em nota.

Apesar de manifestar a expectativa de recuperação, a empresa destaca que suas "declarações prospectivas podem ser influenciadas por diversos fatores", incluindo demanda e os preços da carne bovina e produtos de couro; flutuações das taxas de juro, inflação e câmbio; a capacidade de obter financiamento; os preços de bovinos e de matérias-primas; mudanças na legislação e regulamentação brasileiras, entre outros.(FolhaUol)

Adicionalmente, os problemas econômico-financeiros de alguns clientes também influenciaram na necessidade de capital de giro da empresa. Entre janeiro e fevereiro de 2009, houve aumento de inadimplência e devolução de produtos, bem como renegociação de prazos de pagamento e descontos a clientes, principalmente no mercado externo, com impactos significativos no capital de giro do Grupo Independência.

Em caráter gerencial estratégico, a empresa Independência decidiu na forma da Lei, e com o intuito de dar continuidade das suas atividades empresarias, elaborar um plano de recuperação judicial.

Como averiguação do problema de NCG mencionado anteriormente, analisamos através do Balanço Patrimonial (anexo I) da empresa Independência a necessidade de buscar fontes de recursos para cobrir suas operações.

Análise da NCG da empresa Independência S.A, conforme quadro de classificação funcional (Anexo II).

2009	2008
Ativo Operacional R\$554.592 (Anexo II)	Ativo Operacional R\$599.169 (Anexo II)
Passivo Operacional R\$ 379.405 (Anexo II)	Passivo Operacional R\$162.764 (Anexo II)
$NCG = AO - PO = R\$175.187$	$NCG = AO - PO = R\$436.405$

Conclusão: O Ativo operacional da empresa Independência S.A, na análise da necessidade de capital de giro, demonstrou que a empresa necessita de fontes de recursos para operação da empresa. Em observação, em 2008 a empresa Independência demonstrou maior necessidade de fontes de recursos em comparação com 2009.

Segundo Matarazzo (2003, p.338) classifica as possíveis situações no Ativo Circulante Operacional e Passivo Circulante Operacional que são as seguintes:

- ACO > PCO: É a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de Financiamento.
- ACO = PCO: A empresa não tem necessidade para o giro.
- ACO < PCO: A empresa apresenta mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados pra aplicação no mercado financeiro ou para expansão da planta fixa.

Disposições da Lei nº 11.101 de fevereiro de 2005.

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

A empresa Independência menciona no seu plano de recuperação como objetivos principais:

- Preservar o Grupo Independência como entidade econômica geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurado o exercício da função social da empresa;
- Permitir a superação da crise econômico-financeira deflagrado no início de 2009, recuperando-se o valor econômico do Grupo Independência e de seus ativos;
- Reestruturar as operações do Grupo Independência;
- Atender aos interesses dos credores do Grupo Independência, de forma a permitir a sua continuidade, mediante composição baseada em uma estrutura de pagamentos compatível com o potencial de geração de caixa do Grupo Independência no contexto da Recuperação Judicial e período subsequente. Especificamente, o Plano proposto confere a cada um dos credores do Independência e/ou da Nova Carne um fluxo de pagamento ordenado que

lhes assegure um retorno melhor do que aquele que seria eventualmente obtido em caso de falência ou liquidação das mencionadas sociedades.

É importante ressaltar que a empresa elaborou seu plano de ação considerando seu papel social, identificando a melhor forma de se reestruturar financeiramente sem que para isto infrinja em desrespeito aos interesses de credores, colaboradores e da sociedade como um todo. Outro fator importante foi sua busca por medidas legais, para elaboração de seu plano, o que denota que a empresa possui uma visão de gestão corporativa, em que não há preocupação apenas com a empresa gerar lucro, mas que este lucro não venha em detrimento de fatores sociais como o meio ambiente, o papel social que a organização exerce na sociedade.

5 ASPECTO FINANCEIRO SOBRE A ÓTICA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A eficácia das informações geradas pela controladoria financeira, atreladas as demonstrações contábeis, são decisivas para o gerenciamento financeiro empresarial, principalmente no momento de crise econômico-financeira.

Antes da crise financeira mundial, havia uma indicação do mercado de elevação da taxa de juros e de desvalorização do dólar frente ao real. Diante desse quadro, as captações de recursos acopladas com derivativos foram discutidas e aprovadas, com o objetivo de reduzir o custo financeiro da Companhia.

5.1 Gerenciamento de Riscos do Negócio

Os riscos que a companhia está sujeita, são gerenciados pela diretoria financeira e avaliados mensalmente por um Comitê Executivo, conforme mencionado no parecer da Trevisan. Com relação aos principais riscos gerenciados, menciona-se os que foram sujeitos a operações de hedge, utilizada para operações cambiais e também na proteção de preço das commodities.

A Companhia, no curso normal de suas operações, está sujeita a riscos que são gerenciados diariamente pela Diretoria Financeira e mensalmente através de relatórios avaliados pelos Membros do Comitê Executivo.

Dentre um dos principais riscos que estão sob análise, alguns foram sujeitos a operações de hedge, conforme descrito a seguir:

- **Variação cambial:** a Companhia possui cerca de 50% do seu faturamento advindo de exportações e 80% do passivo indexado ao dólar.

No campo das exportações, o risco inerente é a desvalorização do dólar, que pode causar perdas em função da redução do valor em reais relativo à conversão das cambiais, uma vez que a precificação de venda das mercadorias ao mercado externo utiliza uma taxa de câmbio projetada.

Esse risco cambial não ocorre com os recebíveis externos que forem destinados à liquidação de operações de captação relacionadas a exportações, como ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), que consiste no adiantamento de valores em moeda de sua nacionalidade por parte de seus clientes em adiantamento de valores em moeda nacional e Pré-pagamentos de Exportação.

Dessa forma, o comitê de avaliação de derivativos estabeleceu como política de hedge às exportações o valor máximo de exposição em até 50% do valor mensal esperado para as exportações.

Com relação ao passivo em dólar, mais de 60% refere-se à emissão de *bonds* (Obrigações cujo cumprimento é duvidoso, assim apresentam elevado risco) no mercado externo, com vencimentos em 2015 e 2017.

Para esses casos, definiu-se que não seria feito hedge com muita antecedência em função do longo prazo para a liquidação das operações.

Os 40% restantes referem-se a ACC e Pré-pagamentos, que são naturalmente liquidados com as próprias cambiais oriundas da exportação. Portanto, estabeleceu-se que o passivo indexado ao dólar não seria objeto de operações de hedge cambial.

- **Valorização do Câmbio:** A taxa de câmbio aumentou mais de 28% entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009. O resultado dessa desvalorização significativa da moeda brasileira contribuiu para o aumento da dívida do Grupo Independência. Devido à desvalorização significativa da moeda brasileira e à exposição financeira do Grupo a dívidas contraídas em moeda estrangeira e em operações de derivativos, o Grupo Independência não apenas consumiu uma grande parte de seu caixa restante, como também teve não condições de honrar parte de seus empréstimos e financiamentos, agravando sua situação econômico-financeira. A desvalorização da moeda brasileira causou um aumento das perdas com variação cambial no montante de aproximadamente R\$ 234 milhões entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009. Analisando somente o ano de 2008, as perdas com variação cambial totalizaram aproximadamente R\$ 576 milhões.

5.1.1 Quadro demonstrativo dos empréstimos e financiamentos da Companhia (em milhares de reais)

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS				
<u>Modalidades</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa (a.a)</u>	<u>31/03/09</u>	<u>31/03/08</u>
A C C	US\$	12,00%	520.367	185.633
BNDES Finame	TJLP	3,50%	116.766	96.411
Capital de Giro	PRE	18,00%	634.162	164.981
Leasing	PRE	18,10%	15.275	6.175
Pré-pagamento	US\$	Libor + 2,00%	314.645	225.068
Bonds	US\$	9,88%	1.223.093	391.028
Derivativos a realizar			170.144	-
Total			<u>2.994.452</u>	<u>1.069.296</u>
Passivo circulante			1.495.626	338.646
Passivo nao-circulante			1.498.826	730.650

Fonte: www.independencia.com.br

Nota-se que em 2009, a empresa aumentou significativamente o seu passivo circulante e não-circulante. No parecer da BDO Trevisan, o aumento de empréstimos e financiamentos ocorreram a partir de estratégia de internacionalização financeira, ou seja, novas operações de pré-pagamento de exportação e conseqüentemente o alongamento do perfil de endividamento. Nas operações de Finame (Empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, através de instituições financeiras credenciadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e Leasing que também consiste em um financiamento a longo prazo, diferenciando-se pelo fato deste último o bem continuar no nome do banco e não ser o mesmo incorporado ao ativo da empresa e não haver sua depreciação, enquanto que no primeiro caso acontece a situação oposta. Estão garantidos por alienação fiduciária que foram financiados. Quanto às demais modalidades, essas estão garantidas por aval dos diretores.

6 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

O imposto de renda da Companhia é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

6.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados considerando as atuais alíquotas, conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

De acordo com Oliveira, Chierigato, Junior e Gomes (2009) pode-se entender como contabilidade tributária aquela que trata do gerenciamento dos tributos incidentes nas atividades de uma empresa de forma a evitar que a mesma sofra possíveis sanções fiscais, conciliando o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária.

Segundo a Secretaria da Receita Federal são consideradas rurais, nos termos da legislação tributária as atividades abaixo discriminadas:

Consideram-se como atividade rural a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura (pesca artesanal de captura do pescado *in natura*) e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto *in natura*, realizada pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando-se exclusivamente matéria-prima produzida na área explorada, tais como: descasque de arroz, conserva de frutas, moagem de trigo e milho, pasteurização e o acondicionamento do leite.

Conforme o artigo nº 406 do regulamento de imposto de renda RIR/99 a pessoa jurídica que tenha por objeto a exploração da atividade rural, será tributada

com base nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ou seja, tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Inclusive, segundo Gonçalves e Neto (2009) pode o empreendedor rural fazer opção pelo simples nacional desde que atenda aos limites e impedimentos estabelecidos em lei.

6.1.1 Lucro Real

Conforme dispõe o regulamento de imposto de renda RIR/99 em seu artigo nº 219 a base de cálculo do imposto é o lucro real, presumido ou arbitrado. Sendo computado para fins de base, todos os ganhos e rendimentos de capital, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto.

O autor, Paulo Viceconti (2005) define lucro Real como o “lucro ou prejuízo do período de apuração antes de computar a provisão para o imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do imposto sobre a renda”.

Alcântara (2005), defende que o ajuste por adições, é aplicado de forma a evitar que seja incluída na base de cálculo do imposto, uma despesa que afetou o lucro líquido e da mesma forma, o objetivo das exclusões é o de não computar na base de cálculo do mesmo, receitas que majoraram o lucro líquido, mas que a legislação considera como não tributáveis. Quanto às compensações a legislação admite que se a pessoa jurídica teve incidência de prejuízo fiscal em períodos anteriores, este prejuízo se compensável com lucros futuros. Não podendo, no entanto reduzir o lucro real em mais de 30% do valor que teria caso a compensação não fosse realizada, exceto no caso de empresas que exerçam atividade rural.

Segundo Paulo Viceconti (2005) a opção pelo lucro Real é demonstrada com o primeiro recolhimento de Imposto de Renda relativo ao período de apuração, depois de realizada tal opção a mesma será irrevogável para todo o ano-calendário.

Ainda segundo Paulo Viceconti (2005) o Lucro Real é considerado como regime geral de apuração, isto porque é o único admitido a todos os tipos de contribuintes. Outra ressalva importante é a obrigatoriedade da adoção desta modalidade por alguns contribuintes, conforme especifica o Art. 14 - Lei nº 9.718/98.

6.1.1.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas a Tributação com Base no Lucro Real

Conforme a legislação do imposto de renda RIR/99 em seu Art. nº 246 estabelece que certos tipos de atividades deverão ter seu lucro apurado pelo Lucro Real de forma obrigatória, são elas:

- I – Cuja receita total, no ano calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 48.000.000 ou proporcional ao numero de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;
- II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimentos, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretoras de títulos, valor mobiliários e cambio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III – que tiverem lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV – que, autorizadas pela legislação tributária usufruam de benefícios fiscais relativos a isenção ou redução de imposto;
- V – que, no decorrer do ano calendário tenham efetuado pagamento mensal por estimativa ou tenham reduzido ou suspenso o pagamento mensal por estimativa, mediante levantamento de balanço ou balancete específico para este fim;
- VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direito creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring)

7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC –

As informações geradas na DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa) contribui para as decisões financeiras principalmente em relação à capacidade da empresa em gerar recursos.

Segundo Azevedo (2009, pág.20), o objetivo da DFC é de oferecer aos usuários informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício, no sentido de evidenciar/tornar transparente a situação financeira da entidade.

Ainda segundo Azevedo (2009, pág.28) estão obrigadas a elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa as sociedades S/A estão automaticamente sujeitas ao DFC (Lei nº11.638/2007), e sociedades de Grande Porte quando o ativo total do exercício anterior for superior a R\$240.000.000,00, ou receita bruta anual superior R\$300.000.000,00 (Lei nº11.638/2007).

Através da Resolução CFC nº 909/01 foi aprovado a NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, o item: NBC T 10.14 – Entidades Rurais. De acordo com a NBC T 10.14.1 as demonstrações contábeis das entidades devem ser elaboradas de acordo com a NBC T 3 – Conceito, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, assim como devem ser complementadas por notas explicativas, elaboradas com obediência à NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis e a respectiva Interpretação Técnica. Pág. 240 e 241 do CFC 3ª Edição.

A empresa Independência S.A está obrigada a elaborar a Demonstração do Fluxos de Caixa, conforme previsto em Lei.

Segundo o parecer da BDO Trevisan, a demonstração do fluxo de caixa da Independência S.A, foi elaborada de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Leis n. 6.404/76 e n 11.638/07, Pronunciamentos, Orientações e interpretações emitidas pelo CPC.

INDEPENDENCIA S.A

 DEMONSTRACAO DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARCO DE 2009 E 2008 (valores expressos em milhares de reais)

	<u>2009</u>	<u>2.008</u>
Atividades Operacionais		
(Prejuízo) lucro no período	(325,717)	7,616
Itens de resultado que não afetam o caixa	<u>120,794</u>	<u>8.151</u>
Depreciação e amortização	33,993	25,041
Resultado de Equivalência Patrimonial	4,888	-
Provisão para perdas com investimento em controladas	10,155	-
Tributos diferidos	(6,628)	(2,862)
Variação cambial sobre financiamentos		
VARIAÇÃO CAMBIAL - RECEITAS FINANCEIRAS	(98,475)	75,490
VARIAÇÃO CAMBIAL - DESPESAS FINANCEIRAS	110,145	(73,232)
Encargos financeiros		
JUROS - RECEITAS FINANCEIRAS	(57,375)	7.562
JUROS - DESPESAS FINANCEIRAS	124,091	(23.848)
Mutações patrimoniais	84,822	23.512
Contas a receber de clientes	(48,299)	1.596
Estoques	(10,819)	36.272
Depósitos judiciais	(2,227)	(32)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	27,045	3.087
Fornecedores	78,178	5.845
Impostos a recuperar e obrigações fiscais	(50,966)	3.472
Partes Relacionadas	21,984	-
Ajuste de avaliação patrimonial	13,257	-
Outras contas ativas e passivas	<u>56,669</u>	<u>(26.728)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(120,101)	39,279
Atividades de investimentos		
Aplicações no ativo imobilizado	(24,169)	(17,182)
Aplicações no ativo diferido	<u>(1,407)</u>	<u>(4,047)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(25,576)	(21,229)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	<u>(313,652)</u>	<u>48,582</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(313,652)	48,582
Fluxo de caixa do período	(459,329)	66,632
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata		
Saldo final	34,191	148,445
Saldo inicial	493,520	81,813
Variação no período	459,329	66,632

Fonte: www.independencia.com.br

Para elaboração da DFC, conforme menciona Azevedo (2009, pág.66) são necessários os seguintes relatórios contábeis:

- Balanço Patrimonial
- DRE
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Para fins de consultas adicionais as demonstrações contábeis, tais como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, estes estão em anexo neste trabalho, sendo:

Anexo I – Balanço Patrimonial

Anexo II – DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

8 CONCLUSÃO

O estudo de caso evidencia que as práticas contábeis tem sofrendo alterações com relação as suas finalidades, antes elaboradas com intuito único de atender ao fisco, relatar as modificações ocorridas no patrimônio da entidade, e demonstrar de forma estática a saúde econômica da empresa, são atualmente utilizadas como fonte de informações e auxílio a gestores para tomada de decisão. Através das demonstrações contábeis e controle econômico-financeiro, a empresa Independência S.A, buscou sanar os problemas financeiros que passou em meados de 2008, devido a uma crise de ordem global. As informações geradas pela contabilidade nortearam o plano de recuperação judicial desenvolvido pela empresa.

A companhia está adequada às normas internacionais de contabilidade, tendo em vista que o perfil da empresa já exigia pelas transações internacionais, o que vem a assegurar a empresa maior credibilidade no mercado externo.

Em conformidade com a legislação das S/As, podemos concluir que, para uma avaliação econômico-financeira e o gerenciamento empresarial bem sucedida as demonstrações contábeis e faces as suas diversas áreas, contribuiu substancialmente para a gestão quantitativa e qualitativa da empresa Independência S.A, trazendo novas oportunidades de negócios e reativando núcleos que estavam inoperantes.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Saulo Vinícius de. **Tributação da pessoa jurídica que tenha como objeto a exploração de atividade rural.** Disponível em:<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7875>>. Acesso em: 20 out. 2009.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado.** 2. ed. IOB, 2009.

BETTO, FREI. **Trabalho escravo no Brasil.** 2003. Disponível em:<<http://www.forum-escravo.jex.com.br/textos/trabalho+escravo+>>. Acesso em: 24 out. 2009.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Atividade Rural.** Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr35a70.htm>>. Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos.** Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 5.889**, de 8 de Junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm>. Acesso em: 20 out. 2009.

BRASIL. Decreto Nº 3.000, de 26 de março de 1999 – **RIR/1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3000.htm>. Acesso em: 19 out. 2009.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 2.164-41**, de 24 de agosto de 2001. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação

profissional, modifica as Leis n^{os} 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2164-41.htm>. Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL. LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2005/lei/L11101.htm >. Acesso em: 19 out. 2009.

CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete Bezerra; JUNIOR, Jose Hernandez Perez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Manual de Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília, 2008.

COSIF PORTAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade Gerencial**. Disponível em:<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilgerencial02>>. Acesso em: 02 out. 2009.

FOLHAONLINE. **Frigorífico Independência entra com pedido de recuperação judicial**. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u812718.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2009.

GONÇALVES, Ricardo Paz; NETO, Feliciano Almeida. **Atividade Rural e o Simples Nacional - O regime simplificado pode ser um bom planejamento tributário para o segmento rural**. Disponível em :< http://www.affectum.com.br/novosite/assets/images_admin/artigo%202.doc>. Acesso em: 26 out. 2009.

INDEPENDÊNCIA S.A. Disponível em:<<http://www.independencia.com.br>>. Acesso em: 17 Out. 2009

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu.; GELBCKE, Ernesto Rubens. **FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.**6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos.**Contabilidade Comercial.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VICECONTI, Paulo Eduardo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada.** 14. ed. São Paulo: Frase, 2005.

ANEXOS

Anexo I – Balanço Patrimonial

Anexo II – Demonstração do Resultado do Exercício